

JUSTIÇA E POLÍTICA: A FAZENDA DO ESTADO NA JURISPRUDÊNCIA PAULISTA NOS INÍCIOS DA REPÚBLICA.

JUSTICE AND POLITICS: THE SAO PAULO'S STATE TREASURY JURISPRUDENCE AT THE BEGINNING OF THE BRAZILIAN REPUBLIC.

*MARÍLIA SCHNEIDER**

Resumo

Summary

This article is a reflection on Sao Paulo's state jurisprudence related to the litigations that have involved the state Treasury at the beginning of the Brazilian Republic. It prioritizes the political aspect of the Court's decisions aiming to reveal the depth and complex links between the Judiciary and society, culturally, economically and politically.

The article highlights Sao Paulo's state Justice Court as a center of disputes which contributed to the construction of constitutional Republican powers, during the new regime's consolidating years.

Palavras-chave

Magistratura paulista, Tribunal de Justiça, Poder Judiciário, Acórdãos do

Key words:

Sao Paulo's state Magistrate, Justice Court, Judiciary branch, Justice Court's decisions.

* Faculdade de História - Universidade de São Paulo.

Proclamada a República em 1889 e promulgada a Constituição em fevereiro de 1891, a organização judiciária brasileira descentralizou-se, cabendo a cada unidade da Federação a iniciativa de encetar a reforma da Justiça estadual. Para a compreensão do desempenho político da elite formada pelos Juízes paulistas nos tempos iniciais do novo regime, abordam-se, aqui, as decisões judiciais resultantes dos litígios que envolveram a Fazenda do Estado.

A amplitude de questões expostas nos julgamentos expressa ainda o modo tenso com que se efetivava a modernização do Estado republicano que, pelas características políticas e institucionais então vigentes, era arbitrada pelo Poder Judiciário. Os magistrados, que integravam o estamento burocrático, participaram desse processo na medida em que as decisões judiciais eram também políticas. Nesse sentido, a análise dos acórdãos revela, conforme exposto adiante, a tendência do Tribunal de Justiça para conter as medidas de expansão tributária estadual, bem como as que eram destinadas a reduzir os privilégios do funcionalismo.

Entre os milhares de recursos julgados na segunda instância da Justiça paulista, selecionamos os acórdãos que explicitam a posição do Tribunal de Justiça diante de conflitos judiciais que envolveram interesses da Fazenda Estadual no período de 1895 a 1914. Assim, esta análise privilegia os julgamentos que propiciam uma reflexão bastante específica: a relação do Poder Judiciário com outra esfera de poder, qual seja ela, o Executivo estadual.

As decisões judiciais exemplificam, também, que a legislação deixava aos Juízes uma extensa margem de interpretação possível. Sugerem que as leis não apresentavam solução para todas as demandas jurídicas, advindas dos conflitos inerentes a uma sociedade em contínua transformação. Os acórdãos selecionados para a análise sugerem que as decisões do Tribunal exigiram mais que o esforço de destrinchar as leis, reclamando também uma análise política da situação. Ao arbitrar as lutas travadas com os Poderes Públicos, o Tribunal desempenhou seu papel político e exercitou a autonomia que a Constituição lhe concedia.¹

Cabe lembrar que, antes da proclamação da República, funcionava na Província paulista a Relação de São Paulo e Paraná, um Tribunal de recursos instalado em 1874. Com a descentralização política, os membros desse Tribunal, antes escolhidos pelo Imperador,

¹ Este artigo expõe resultados parciais da tese de doutorado “O Tribunal de Justiça de São Paulo nos inícios da República”, apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP em maio de 2001.

passaram a ser nomeados pelo Presidente do Estado. O modelo de administração da Justiça herdado do Império foi chancelado pelos legisladores republicanos que não o alteraram até a

2

Exercendo suas atividades em um clima político relativamente estável a partir de 1892, o Tribunal de Justiça lançou, em 1895, a *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça* ou simplesmente *Revista Mensal*, conforme será nomeada ao longo deste artigo. Coordenada pelo Ministro José Machado Pinheiro Lima, foi uma publicação que se propôs a constituir o “repositório completo da jurisprudência do Tribunal de Justiça de S. Paulo”.³ Foi o primeiro veículo de divulgação oficial das sentenças proferidas na segunda instância da Justiça paulista, dos chamados “acórdãos” e sua coleção perfaz o arcabouço documental mais

O principal objetivo dos editores, conforme anunciaram no primeiro fascículo, era colocar as decisões do Tribunal “ao fácil alcance de todos, com especialidade do pessoal forense”. Essa publicação foi substituída, em 1903, pela revista , que divulgou doutrina e jurisprudência até o ano de 1914. Diferentemente da *Revista Mensal*, a publicação que a sucedeu possuía, entre professores de Direito e advogados, um corpo de colaboradores cujos artigos destacavam discussões de caráter doutrinário. Além disso, a certa altura, sempre que a decisão do Juiz de Direito fosse considerada bem fundamentada e exemplar, os editores passaram a incluir a publicação das sentenças da primeira instância. A

foi publicada até o ano de 1914, quando a *Revista dos Tribunaes*, que já tinha sido lançada em 1912, tornou-se porta-voz oficial do Tribunal de Justiça, até os dias de hoje.

Dirigido a profissionais do foro, o conteúdo das revistas de jurisprudência é, em geral, excessivamente técnico para leitores não familiarizados com o jargão jurídico. Não obstante a dificuldade, este artigo analisa, entre os milhares de acórdãos publicados entre 1895 e 1914, aqueles cujo conteúdo não se restringe a argumentações de caráter processual e legal, mas que encerram também argumentos doutrinários e políticos.

² A organização judiciária do Estado de São Paulo, que prevaleceu desde a transição dos regimes até a reforma judiciária de 1921, foi descrita e analisada na tese de doutorado mencionada.

³ *Revista Mensal* (José Machado Pinheiro Lima, coord.). São Paulo: Typographia da papelaria Guarany de Maciel & Cia, julho de 1895, nº. 1, Ano 1, p. 5.

O Tribunal decidiu conflitos suscitados por empresas contratadas por órgãos públicos, em uma época em que as Câmaras Municipais e a Fazenda do Estado recusavam-se a admitir a interferência da Justiça na resolução de impasses contratuais. Depois de firmada a competência do Poder Judiciário para dirimir questões de contrato com agências públicas, inúmeros conflitos colocaram o Tribunal na posição de árbitro das contendas envolvendo os Poderes Públicos: criação de impostos, fixação de multas, concessão de privilégios, processos de desapropriação e pedidos de indenização pelas mais variadas perdas, entre outras.

É possível objetar que o Tribunal nada mais fez que aplicar a legislação em vigor e que o Legislativo já tinha fixado os parâmetros da autonomia. No entanto, as decisões judiciais demonstram que a situação era complexa, pois os limites de ação institucional dos Poderes não estavam definidos. Assim, o Tribunal julgou as primeiras ações que se fundavam na inconstitucionalidade das leis municipais, das estaduais e, em um caso único, de uma lei federal relativa ao alistamento eleitoral. Além do mais, para os magistrados e profissionais do Direito, a legislação era contraditória, ambígua e possuía lacunas.

Os Juízes tinham assumido a tarefa de oferecer “a melhor” interpretação das leis, *Revista Mensal*. Muito embora o Presidente do Estado, Jorge Tibiriçá, (1904-1908) tenha afirmado que “legislar não é senão dar regras para os fatos existentes”,⁴ a dinâmica social propiciava o surgimento de conflitos que pareciam estar sempre além daqueles para os quais já existiam regras. Assim, a Magistratura não podia prescindir da opinião doutrinária para tomar decisões e, não raro, os Juízes inspiraram-se nos códigos de outros países para decidir uma contenda.

Do vasto e diversificado conjunto de conflitos jurídicos, cuja variedade sugere a própria complexidade da vida social, este artigo ocupa-se apenas da análise dos acórdãos cujo respectivo processo tinha a Fazenda do Estado como autora ou ré. Cabe esclarecer que o caráter político das decisões judiciais pode ser apreciado nos julgamentos de pedidos de *habeas corpus* para políticos monarquistas, dos recursos eleitorais, ou ainda nas decisões que dirimiram conflitos que envolveram os Poderes Públicos municipais, conforme o resultado de nossa pesquisa. A escolha de um universo limitado de acórdãos explica-se por uma opção

⁴ Mensagem ao Congresso, de 14 de Julho de 1906. “Relatório do Secretário da Justiça e Segurança Publica”, apresentado em 1907 pelo então secretário Washington Luiz Pereira de Souza ao presidente do Estado.

metodológica de análise, bem como se ajusta às normas da presente publicação quanto à

Quando a República foi proclamada, os ministros do Governo Provisório empreenderam uma política inflacionista, favorável à criação de empresas. Entre as medidas adotadas, a expansão dos bancos emissores, a enxurrada de papel-moeda e de emissões de ações por parte das companhias em formação culminaram no período conhecido como Encilhamento, quando, entre 1890 e 1891, “alguns poucos enriqueceram e muitos perderam o que tinham” (Franco, 1973: 94). Não só durante o Governo Provisório, mas também nos governos seguintes até a ascensão de Campos Salles (1898-1902), a chamada “corrente industrialista” manteve-se ativa. Empenhada principalmente na regulamentação de impostos de importação que garantissem proteção à indústria nacional, essa corrente “cavadora de negócios era portadora de valores de progresso tão ao gosto da época” (Cardoso, 1989: 35).

É certo que os anos de consolidação da República foram marcados por transformações de natureza econômica, social, política e ideológica, que a tornaram símbolo do progresso e da modernidade. As mudanças institucionais introduzidas pelo novo regime político favoreceram duplamente a modernização da infra-estrutura urbana e do sistema produtivo. A liberdade de organização empresarial permitiu, de um lado, a exploração de recursos tecnológicos disponíveis no mercado internacional, de outro lado, a autonomia concedida aos Estados e Municípios permitiu-lhes investir em obras de infra-estrutura e em serviços urbanos. Vencida a crise que sucedeu ao Encilhamento e à baixa nos preços do café, os núcleos urbanos que ocupavam boa posição econômica “passaram por intensos processos de modernização técnica e aperfeiçoamento de sua estrutura urbana até 1914” (Reis Filho, 2000: 85).

O estudo dos julgamentos do Tribunal de Justiça explicita os diferentes interesses envolvidos nessas mudanças que, não raro, colocaram a iniciativa pública em confronto com a de caráter privado. Além disso, as primeiras decisões da Justiça paulista, diante dos conflitos que envolveram os Poderes Públicos, revelam também que o Tribunal de Justiça teve de firmar a competência do Judiciário para dirimir tais conflitos.

Julgando um recurso interposto pela Fazenda do Estado, o Tribunal impôs, pela primeira vez, sua competência para avaliar a constitucionalidade das leis. Confirmando que os argumentos do Juiz da primeira instância Juvenal Malheiros eram “perfeitamente jurídicos e perfeitamente em harmonia à prova dos autos”, o relator do acórdão apenas confirmou o

despacho. Antecipando o modelo editorial consolidado na *São Paulo Judiciário*, os editores da *Revista Mensal* publicaram a extensa sentença do Juiz de Direito que abordou, de forma inédita, em 1897, a função do Poder Judiciário para decidir sobre a validade das leis.

Recusando-se a admitir a intervenção da Justiça para decidir sobre a validade de um imposto criado pelo Executivo estadual, a Fazenda recorreu contra a decisão da primeira instância. Em sua sentença, o Juiz de Direito apresentava a ação proposta contra a Fazenda, na qual se alegava a ilegalidade e a inconstitucionalidade do imposto de transmissão. Julgando a exceção de incompetência oposta pelo representante da Fazenda, e “sem entrar no merecimento da questão”, o Juiz afirmou o “princípio geral da competência do Poder Judiciário em todas as questões que tiverem por fundamento a validade de uma lei, baseando-se no princípio geral estabelecido pelo art. 59, § 1º, da Const. Federal”⁵. A sentença desenvolve, portanto, apenas as argumentações relativas à competência do Judiciário para

A Constituição do Estado estabeleceu três poderes políticos harmônicos mas independentes tendo cada um sua esfera de atribuições. Os atos praticados por cada um dos poderes no exercício de suas atribuições, nos limites da legalidade, são obrigatórios para os outros dois poderes. A Constituição, porém, estabelece os freios para as demasias de cada um dos poderes políticos, a fim de que se contrabalançassem e equilibrassem. Um desses freios é a faculdade que ela deu ao
constitucionalidade ou validade das leis, em nome da autoridade suprema do Direito. O poder judiciário, usando desta faculdade, exerce, pois, um direito incontestável sem que isso signifique arrogar-se ele supremacia sobre os demais poderes do Estado, pois a autoridade do julgamento fica restrita à causa pendente.⁶

O Juiz procurou ser bastante claro quanto à posição do Poder que ele representava. Lembrando que o Judiciário não estava acima dos outros Poderes, ressalta, porém, que o Direito era a autoridade superior a que todos deviam se curvar. Se cabia ao Judiciário aplicar a lei, parecia-lhe evidente que lhe cabia também “conhecer de sua constitucionalidade quando contestada”. Segue a sentença citando o jurista inglês Story que, em sua doutrina constitucional, atribuía ao Judiciário o poder de anular as leis. Como o Juiz não concordava integralmente com o jurista inglês, ressaltou que “em regra, o Poder Judiciário não anula a lei; anula somente os seus efeitos com relação ao caso pendente submetido ao seu conhecimento

⁵ *Revista Mensal*, op. cit., janeiro de 1897, vol. V, agravo cível nº. 1047.

⁶ Idem, ibidem, ibidem.

pela parte diretamente interessada”.⁷ Evitando ferir a suscetibilidade da autoridade que recorria, o Juiz chega a afirmar “que nem mesmo houve o pensamento de pôr em duvida a competência do ministro da Fazenda para resolver administrativamente a questão”. Mencionando a legislação, explica que, se as partes tivessem chegado a um acordo, o problema poderia ter sido solucionado na órbita do poder administrativo. Mas, como essa hipótese não se realizou, à parte cabia submeter a questão ao Poder Judiciário que deveria julgar “soberanamente”. Com veemência, o Juiz também rebateu a tentativa do procurador-fiscal de “ressuscitar a velha doutrina da jurisdição administrativa em matéria contenciosa”. Segundo essa doutrina, “tudo quanto diz respeito ao interesse publico constitui domínio próprio da administração, que também estatui sobre as cousas que respeitam as relações dos cidadãos com o Estado e sobre as dificuldades que se decidem pelas leis de interesse geral”. Finalmente, o Juiz observa que o procurador confundia o que era uma “questão de fato” – a transmissão do imóvel – com a “questão de direito” – a lei que autorizava a cobrança do imposto e cuja validade era contestada. Em sua essência, o teor da sentença é uma discussão sobre a interpretação da Constituição e da lei estadual, e o simples e sintético acórdão confirmando o despacho agravado reitera também a decisão da Justiça paulista de avaliar a constitucionalidade das leis. Afirmando a competência da Justiça para conhecer da ação, o processo retomou seu curso e foi julgado na primeira instância.

É ocasião de lembrar que a segunda instância paulista possuía algumas peculiaridades. O processo estabelecido para embargos nas apelações cíveis permitia que “dentro do próprio Tribunal de Justiça se constituísse uma terceira instância, porque os Juízes que julgavam a apelação não eram os mesmos que julgavam os embargos” (Almeida Júnior, 1910: 49). Assim, compreende-se que o Tribunal de Justiça reformasse suas próprias decisões.

Este foi o caso dos embargos opostos por “a herança de Angelo Andreotti” contra a Fazenda do Estado. Aí, não se tratava mais da constitucionalidade da lei sobre cobranças de impostos de heranças, mas de sua interpretação. Sem unanimidade, o Tribunal de Justiça reformou o acórdão embargado, mandando prevalecer a sentença que homologou “o cálculo deduzindo ½ % e 10% adicional sobre o liquido quinhão hereditário em vez de 20% e adicional como pretende a Fazenda do Estado”. A decisão justificava-se. Embora a herdeira não residisse no País, os autos mostravam que o “capital hereditário” permanecia na “firma

⁷ Idem, ibidem, ibidem.

social A. Andreotti & Companhia”, herdada pela esposa e pelos filhos que mantinham domicílio no País. Ao interpretar a legislação que se referia “a heranças ou capitais que tiverem de sair do Estado”, o relator entendia que o imposto visava “ao capital, mas nunca à pessoa do herdeiro”. Sem unanimidade, a vitória de dona Carmela Andreotti pode ter sido possível graças ao voto do Presidente do Tribunal de Justiça, Frederico Brotero:

E assim julgando, condenam nas custas a embargada. S. Paulo, 24 de abril de 1897. – Brotero, P. – Oliveira Ribeiro. – Cunha Canto, vencido, rejeitava os embargos para confirmar o acórdão por seus fundamentos. – Delgado, vencido. Virgílio Cezar, vencido. M. de Godoy. – Pinheiro Lima, vencido de acordo com os fundamentos do acordam embargado, e mais da disposição do art. 68 de Dec. nº. 655, de 14 de abril de 1896 [...] heranças e legados que saírem do País, por nele não residir o herdeiro ou legatário. Canuto Saraiva. – Ferreira Alves.⁸

Perdendo uma ação proposta pela empresa Companhia Iniciadora Paulista, a Fazenda voltou a apelar. Conforme relatado na sentença, a empresa alegava que “o Governo do Estado apossou-se de terrenos seus [...] sem que tivesse feito o processo de desapropriação e

⁹ A Companhia solicitava o pagamento da importância do terreno ocupado, conforme o arbitramento que fosse feito. Defendendo-se, a Fazenda alegava que, em Decreto de julho de 1893, o Estado declarara “de utilidade pública os terrenos necessários à *tramway* que se dirige à Serra da Cantareira”. Acrescentava ainda que não tinha dado prosseguimento ao processo de desapropriação por que leis provinciais mandavam indenizar “somente as benfeitorias dos terrenos desapropriados” e que, conforme verificara, tais benfeitorias inexistiam.

A defesa da Fazenda foi facilmente refutada pelo Juiz de Direito. Para ele, as leis provinciais incidiam “no vício de inconstitucionalidade, pois criam uma restrição ao direito de Const. Federal e Estadual”, conforme um acórdão do Supremo Tribunal de Justiça Federal, de 1895. Considerava ainda que a Constituição Federal mandava “continuar em vigor as leis do antigo regime no que explicita ou implicitamente não fossem contrárias aos princípios consagrados na mesma consagrava “o direito de propriedade em toda a sua plenitude, salva a desapropriação por necessidade, ou utilidade pública, mediante indenização prévia, desaparecendo assim a restrição consignada nas referidas leis provinciais.” O Juiz conclui seus argumentos afirmando que era

⁸ *Revista Mensal*, op. cit., 1987, vol. V, embargos nº. 745.

⁹ *Idem*, *ibidem*, vol. VI, apelação cível nº. 1406, São Paulo.

lícito à autora reivindicar a indenização porque os terrenos já estavam “ocupados em serviço público do qual depende a boa higiene e o abastecimento de água, desta capital”.¹⁰

O acórdão confirmou, conforme dito, a sentença que, segundo o resultado da vistoria, condenava a Fazenda do Estado a pagar 37:850\$000. Muito discretamente, o relator menciona que o Juiz Juvenal Malheiros não acolhera o argumento da Fazenda, quanto à “falta de prova legal de propriedade”. Isso significa que, ao resumir a questão, o relator deixou em segundo plano uma discussão mais penosa que poderia, talvez, ter prejudicado o pedido de indenização: a legalidade da propriedade. Como a questão relativa aos registros de propriedade de terras era uma das mais complexas para o Direito da época, a omissão dessa discussão exemplifica as falhas da legislação específica.

Poucos anos depois, o Tribunal de Justiça decidiu com muita tranqüilidade uma ação de indenização que favoreceu a Fazenda do Estado. O julgamento suscitou discussão sobre um tema que ainda dividia a Magistratura: a responsabilidade civil do Estado.

Na sentença do Juiz de Direito Augusto Meirelles Reis, relata-se que o autor da ação, Eloy Pompeu de Camargo, tinha comprado duas fazendas, em dezembro de 1894, por 250 contos: “certo de ter feito um bom negocio, comunicou-o a várias pessoas, e devido a isso, a Fazenda do Estado acreditou que, na compra das duas fazendas, se dera fraude, isto é, ocultação do preço real para lesar os cofres estaduais.”¹¹ O autor foi, então, intimado pela Recebedoria de Rendas de Campinas a pagar o valor da sisa, correspondente à avaliação feita pelos peritos. Como ele se recusasse a pagar, a Fazenda iniciou a execução, mandando penhorar as fazendas, em outubro de 1896. Defendendo-se, Pompeu de Camargo “teve o seu direito reconhecido pelo Egrégio Tribunal de Justiça”. Depois desse julgamento, ele entendeu que a Fazenda deveria responder “indemnizando os prejuízos e danos que causou”. Alegou que “sempre gozou de ilimitado crédito e viu-se privado de todos os recursos pecuniários, com o seu crédito abalado, sendo penhorados os seus bens, atribuindo-se-lhe ato infamante, qual o de defraudar o erário público, arrogando-se a ré atribuições que não tinha.”

A Fazenda alegou, por sua vez, “que tinha exercido um direito incontestável e que a penhora tinha sido feita por mandado judicial; o Autor fora, a seu pedido, depositário dos bens penhorados, tendo deles a livre administração, sendo certo que seu crédito nada sofreu com o Executivo fiscal, mas, sim, por ter feito hipoteca das fazendas por avultadas somas.” O Juiz de

¹⁰ Idem, ibidem, ibidem.

Direito desenvolveu longamente questões legais, processuais e doutrinárias, chegando a mencionar os códigos civis francês, italiano e português para tecer várias considerações sobre o Estado:

[...] não é pessoa jurídica quando exerce funções de soberania, declara guerra ou paz, promulga leis, administra Justiça, lança impostos, prevê as melhorias sanitárias, ou a defesa interna ou externa da nação e que reveste o caracter de pessoa jurídica quando compra ou vende, contrai empréstimos etc. – quando em suma, assume direitos e obrigações meramente civis, ou pratica atos e exerce, que qualquer particular ou outro coletivo poderia praticar e exercer.¹²

Afirmava ainda que, em relação aos funcionários públicos, que têm suas atribuições determinadas em lei, “o Estado não pode ser responsabilizado pelo seu abuso ou omissão, visto como o Estado não pode ser considerado capaz de praticar atos contrários ao direito, de que é órgão supremo, e não se lhe pode atribuir uma infração por ele mesmo proibida.” Ainda que o Secretário da Fazenda fosse o único responsável pelos abusos e omissões em que incorresse no exercício de seu cargo, a sua ordem para proceder a cobrança de imposto e multa tinha sido fundada em lei. Todos os argumentos do Juiz de Direito foram expostos no sentido de julgar a ação improcedente, e o Tribunal concordou, muito embora reparasse a doutrina exposta pelo Juiz de Direito, quanto à responsabilidade civil do Estado:

Embora não se aceite a doutrina de que o Estado não tem responsabilidade civil pela falta cometida por seus agentes no exercício de suas funções, quando ele age como poder publico e soberano, como no caso que deu origem a esta ação, doutrina em que se fundou a sentença da primeira instancia, porque contraria a ela é a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal [...]; é principio incontestável de direito – que, aquele que indiretamente causa dano, no exercício de um direito, não é obrigado a repara-lo, salvo a prova de má fé de que tenha usado o agente. [...] E essa circunstancia, fundamental para a ação de indenização, absolutamente não ficou provada nos autos.¹³

A sentença, na primeira instância, tinha sido assinada no dia 28 de março de 1901, e o acórdão, no dia 9 de abril de 1902. Houve ainda um segundo acórdão, datado de 7 de outubro de 1903, no qual o Tribunal rejeitou os embargos opostos por Eloy Pompeu de Camargo que não obteve a indenização pleiteada. Logo após essa decisão, o inconformado fazendeiro de Campinas atentou contra a vida do Ministro que tinha sido o relator da causa (Faria, 1942: 134):

¹¹ *São Paulo Judiciário*, op. cit., dezembro de 1903, vol. III, embargos nº. 2959.

¹² Idem, ibidem, ibidem.

¹³ Idem, ibidem, ibidem.

[...] mal ferido pelo golpe tremendo vibrado contra esperanças longamente nutridas a favor da reconstituição do patrimônio comprometido, E.P.C., armando-se de revolver, desfechou, no dia seguinte ao do julgamento, um tiro contra o ministro Inácio Arruda no momento em que este despreocupadamente conversava com amigos na joalheria Grumbach, à rua 15 de Novembro.

De acordo com o relato de Júlio Cezar de Faria (1942: 137), o proprietário das fazendas

[...] vinha da propaganda republicana, pertencia a famílias de grande prestígio no Estado e, por ele, no gabinete dos Juizes, falavam generais da política dominante, dignos e respeitáveis, que atestavam a injustiça do Executivo e os consequentes prejuízos sofridos por Eloy Pompeu de Camargo.

O autor dessas memórias refere-se também ao fato de que “o governo do Estado teria exercido pressão sobre o Tribunal”. Mas, se este já havia-se manifestado em favor da defesa do Executivo fiscal, “por que havia de abandonar posteriormente essa digna orientação de independência?” Essas questões, levantadas em época bem posterior aos acontecimentos narrados, sugerem que o Executivo estadual podia pressionar os ministros sempre que da demanda judicial participasse um amigo ou inimigo político.

O livro de Julio Cezar de Faria (1942) constitui um raro testemunho dessa natureza: Juiz de Direito da Comarca de São Manoel, entre 1908 e 1920, e Ministro do Tribunal entre 1921 e 1937 (Brotero, 1944), o autor conhecia perfeitamente a vida forense e estava integrado ao ambiente político de sua época. Contemporâneo dos acontecimentos, acompanhou também o processo criminal que submeteu Eloy de Camargo ao julgamento diante do Tribunal do Júri em 1909, quando foi absolvido. O Presidente do Tribunal Popular não recorreu do veredicto absolutório, e, segundo Faria (1942: 138), “não se afastaram do espírito do Ministro Arruda os sofrimentos morais trazidos por todos esses fatos”.

O ingrediente dramático exposto por este episódio empresta um verniz passional ao processo judiciário e sugere que a aridez da linguagem jurídica oculta o envolvimento emocional das personagens e o jogo de poder pessoal, latentes em cada recurso julgado.

Depois de firmar a competência da Justiça para dirimir conflitos contratuais e para validar as leis, a jurisprudência registrou, a partir de 1902, decisões relacionadas a apenas duas ordens de problemas, quais sejam, a questão tributária e outras relativas ao funcionalismo público estadual. Via de regra, as decisões do Tribunal não favoreceram os cofres da Fazenda pública, que restituiu impostos cobrados em excesso ou ilegalmente. O Estado também foi obrigado a indenizar funcionários, cujas garantias tinham sido desrespeitadas.

As decisões judiciais revelam também que o Estado necessitava de recursos e, nesse sentido, procurava aumentar e criar novos impostos, bem como limitar os gastos com o funcionalismo. Como a Constituição de 1891 outorgou poderes fiscais e financeiros inusitados aos Estados da Federação, o governo paulista exerceu plenamente suas prerrogativas tributárias. No caso específico de São Paulo, não foi apenas a renovação da infra-estrutura produtiva e urbana que demandou a aplicação de recursos financeiros públicos. O governo investiu maciçamente na força pública do Estado, instituição transformada em “pequeno exército” paulista. (Fernandes, 1985: 238) Desde os tempos iniciais da República, as lideranças políticas paulistas compreenderam a importância da ampliação e do aperfeiçoamento da força repressiva, pois os contínuos estados de sítio, guerra e sublevação do Exército e Marinha fragilizaram a autonomia estadual ante os reveses políticos na órbita federal. Sabe-se, inclusive, que o apoio militar emprestado por São Paulo ao Marechal Floriano Peixoto foi fundamental para conter a Revolução Federalista (1893-1896) (Janotti, 1999: 19).

Para atender a suas necessidades financeiras, o Estado ampliou a carga tributária que não foi incorporada sem contestações. As seguintes taxas ou impostos estaduais foram questionados: imposto predial, taxa de heranças e legados que saíam do País, imposto sobre o capital particular, imposto de transmissão de propriedade, imposto de transmissão *causa mortis* e imposto sobre o capital das sociedades anônimas, o qual deveria recair, segundo a jurisprudência, apenas sobre o capital realizado, não sobre suas operações. Algumas decisões do Tribunal de Justiça explicitam, inclusive, que o Judiciário teve de estabelecer a competência das autoridades judiciais para calcular o valor do imposto dos inventários. Outros julgamentos deram ensejo à discussão, entre os magistrados, a respeito da carga tributária que recaía sobre a produção de café e sobre os equipamentos especificamente utilizados na lavoura cafeeira, tais como máquinas de beneficiar, carros e carroças.

Embora sem unanimidade, o Tribunal de Justiça definiu como “odiosa” a tributação sobre o capital das sociedades anônimas. O Juiz de Direito Urbano Marcondes de Moura decidiu que o lançamento do imposto criado pela Lei nº. 920, de 4.08.1904, era nulo e que a companhia de seguros de vida Sul América estava isenta do pagamento. O Tribunal confirmou a decisão, acrescentando no acórdão: “Não podendo ser aceita por ser odiosa e inconstitucional a distinção feita pela apelante [a Fazenda do Estado] entre companhias estrangeiras e nacionais para isentar do imposto aquelas e não estas.” O Ministro Juvenal

Malheiros, vencido, dava provimento para julgar improcedente a ação e “bem lançada a companhia, que tem capitais empregados no Estado”.¹⁴

Também quanto à tributação de herança e legados, o Tribunal de Justiça teve de contrariar as pretensões da Fazenda do Estado, afirmando: “É inaplicável a lei que está inquinada do vício radical de inconstitucionalidade. É inconstitucional a disposição contida no artigo 33, § III, do dec. estadual nº. 355, de 14 de abril de 1896, que exige do legatário o imposto de 5% além do imposto sobre a quota hereditária.”¹⁵

Embora a Fazenda tivesse de abrir mão de suas pretensões, na maioria das vezes que foi levada a juízo, as decisões da segunda instância muito raramente deixaram de ser unânimes. Uma das poucas vezes em que algum magistrado discordou do pensamento da maioria da corporação sobre problemas tributários foi a propósito do imposto sobre novas plantações de

O Tribunal negou provimento a uma apelação cujo autor, Antonio de Almeida Cintra, recorrera da decisão do Juiz de Direito que procedera à penhora dos seus bens. Esta destinava-se a

[...] pagamento da importância pela qual se tornou responsável [o autor], fazendo novas plantações de café, além da multa respectiva porque não realizou aquele pagamento em tempo. [...] imposto exclusivamente destinado a coibir a impunidade em que ficaria o proprietário agrícola que, abusando de sua propriedade, no seu único interesse, e contrariando a legítima preocupação de toda classe a que pertence, incorre na infração de um preceito legislativo consubstanciando semelhante preocupação, a qual envolve amparo, a proteção, de

16

O fazendeiro defendeu seu direito de dispor de sua propriedade, mas os Juízes

[...] que a lei de que se trata, em todo caso, não importando senão em uma restrição ao direito de propriedade tem sua inteira justificação no exemplo de todos os povos civilizados, quando em suas leis autorizam restrição àquele direito para conservação ou desenvolvimento da riqueza pública, escopo esse o único que

¹⁴ *São Paulo Judiciário*, op. cit., jan./fev. de 1907, vol. XIII, apelação nº. 4810, sentença: 12.11.1904; acórdão: 19.01.1907, embargos: 24.07.1907.

¹⁵ *Idem*, maio de 1907, vol. XIV, apelação nº. 5233, Jundiá.

¹⁶ *Idem*, *ibidem*, *ibidem*.

sabidamente atuou no ânimo do Congresso Estadual em defesa da lavoura do café, na crise que atravessa desde alguns anos.¹⁷

Sem desenvolver sua opinião, o Ministro Francisco da Silva Saldanha, voto vencido, consignou apenas que votava pela inconstitucionalidade do imposto. Além desse acórdão, apenas um outro veio a confirmar a orientação que prevaleceu na Justiça paulista. Negando provimento à apelação e confirmando a sentença da primeira instância, o Tribunal de Justiça julgou improcedente a preliminar de inconstitucionalidade da lei estadual que proibiu novas plantações de café.

A criação do imposto estava associada a problemas mais gerais da gestão econômica do Governo de Rodrigues Alves (1902-1906). Ao manter o programa financeiro de Campos Salles (1898-1902) – voltado para a valorização do meio circulante, que, por sua vez, foi proporcionada pelo afluxo de capitais estrangeiros invertidos em obras públicas –, Rodrigues Alves não somente conseguiu elevar as taxas cambiais como as tornou mais estáveis. Essa política que servia aos interesses gerais do País contrariava os dos exportadores de café, a quem interessavam baixas taxas de câmbio. Com a queda do preço do café no mercado internacional coincidiu o extraordinário aumento de produção que, em 1905, causou pânico nos produtores e exportadores do produto. (Bello, 1972: 193) Diante desse quadro, e enquanto as medidas de valorização artificial do café eram pleiteadas junto ao governo federal, procurava-se também, em âmbito estadual, colocar um freio na expansão de novos cafezais.

A questão tributária colocou em evidência os interesses da Fazenda estadual que, ao tributar a propriedade, os capitais e as atividades econômicas, gerava conflitos com as classes possuidoras. Quando a legislação era deficiente, cabia ao Poder Judiciário dirimir as controvérsias e impor parâmetros legais. É possível que, por mais que se legislasse, o dinamismo das atividades econômicas propiciasse o surgimento de conflitos inéditos a cada dia. Certamente não eram poucos os desafios que o Tribunal enfrentava para suprir as lacunas da lei. Se, em algumas questões, a Justiça podia contar com uma antiga e sólida tradição legal, como nos casos relacionados ao Direito de Família e de Propriedade, em outras, não havia ainda sequer jurisprudência. Tal era a situação da legislação sobre tributação dos bancos estrangeiros. Sem argumentos legais para julgar um imposto que deveria ser pago sobre cada

¹⁷ Idem, ibidem, ibidem.

filial de um banco inglês, instalado em São Paulo, o London and River Plate Bank Limited, o Tribunal de Justiça amparou-se em princípios de “igualdade” e “Justiça”:

É inconstitucional o imposto de 5:000\$000 lançado sobre as filiais dos bancos estrangeiros, neste Estado. [...] O imposto deve ser justo e a Justiça exige a igualdade na sua decretação, e assim não pode o estrangeiro ser tributado com imposto diferente e mais oneroso que o nacional [...]. O imposto taxado pela lei nº. 1245 de 1910, sobre o capital das caixas filiais dos bancos estrangeiros é diferente e mais oneroso que o taxado aos bancos nacionais, e portanto não pode prevalecer por atentatório da garantia da igualdade e da uniformidade do imposto. [...] os bancos nacionais devem pagar 1:100\$000, a desigualdade é manifesta.¹⁸

Enquanto as questões tributárias exigiam mais discussões técnicas e legais, os conflitos suscitados entre a Fazenda e os empregados públicos propiciavam um debate enriquecido de opiniões pessoais. Alguns magistrados defenderam, com certo entusiasmo, os privilégios e as garantias de um segmento social que já era protegido pelas leis do Império. Além disso, a jurisprudência registrou mais decisões relacionadas ao funcionalismo que ao problema

É importante considerar que, ao optar pela seleção de decisões cujos respectivos litígios envolveram os Poderes constituídos, este trabalho despreza todas as outras, inclusive as que solucionaram demandas jurídicas intentadas por empregados do setor privado. Apenas como exemplo, citamos um pedido de indenização motivado por “acidente de trabalho”, conforme o acórdão selecionado para a jurisprudência:

É corrente em direito que o patrão responde por todos os acidentes que se dão por sua culpa, negligência ou imprudência. [...] O autor teve uma das mãos apanhada e esmagada pela máquina destinada a fatura de cartões; do mesmo modo está provado que a peça denominada “salva braço” não estava funcionando regularmente.¹⁹

Embora incipiente, a legislação voltada aos interesses da classe operária permitiu que o Juiz de Direito decidisse a favor de uma vítima de um acidente de trabalho. O Tribunal negou provimento à apelação interposta pelo patrão, mantendo a sentença que garantiu a indenização do empregado acidentado. O exemplo corrobora a opinião de que, ao contrário do que fez crer a visão idealizada pela revolução de 1930, nem tudo no campo da legislação trabalhista começou a partir dessa data. (Pinheiro, 1985: 137)

¹⁸ *São Paulo Judiciário*, set./dez. de 1914, vol. XXXVI, apelação nº. 7503, São Paulo, 01.09.1914.

¹⁹ *Idem*, set./dez., 1914, apelação nº. 7585, sentença: 16.04.1914; acórdão: 11.12.1914.

A Magistratura não estava alheia às dificuldades enfrentadas pela classe trabalhadora nem às teorias políticas que viam o trabalho como “elemento preponderante na formação da riqueza.” Entre os artigos de doutrina publicados na defende uma concepção socialista do Direito.

Fazendo uso de extensa bibliografia de autores europeus, especialistas em Direito, Economia e Política, e inspirando-se principalmente no trabalho “do genial pensador alemão” Karl Marx, Henrique Coelho (1906) desenvolve uma argumentação vigorosa contra determinada concepção das funções do Direito. Segundo ele, prevalecia no Brasil e fora dele uma visão “estreita” que apreciava as funções do Direito exclusivamente “sob o ponto de vista do interesse e da proteção do interesse”. Para ele, os que assim pensavam chamavam de

[...] Direito aos interesses juridicamente protegidos, donde resulta que, segundo a teoria dominante, os que têm mais poder são precisamente os que têm mais interesses protegíveis, não admirando, por conseguinte, que as leis e todo o Direito positivo se transformem numa ordem de meios ao serviço das classes ricas e poderosas. (1906: 67-96)

Aborda detidamente as “lastimáveis deficiências das leis civis que protegem apenas as riquezas”, criticando a regulamentação do comércio que “é a fraude legal, além de apoiar o desenvolvimento de sociedades cooperativas e das associações em defesa do consumo. Entre as principais questões levantadas pelo jurista, destaca-se a relação direta que estabelece entre o

Observe-se desapaixonadamente a situação do operário e ver-se-á quanto é profunda a diferença entre o seu estipendio e o do empregado público, que sobe à medida que aumenta o tempo de serviço. A legislação de quase todos os povos cultos dá a este último o repouso obrigatório por um determinado período em cada ano, e de vantagens como essa ainda não foram julgados dignos os homens que passam as horas do dia nas próprias oficinas que o Estado mantém. (1906: 67-96)

Ao veicular, em seu periódico oficial, uma doutrina de cunho socialista, o Tribunal de Justiça abria-se ao diálogo, muito embora jamais um membro da Magistratura tenha-se manifestado sobre as idéias socialistas abordadas em suas revistas de jurisprudência.

O funcionalismo estadual

O problema mais freqüente envolvendo a Fazenda do Estado foi, sem dúvida, a reclamação dos funcionários públicos. As ações movidas por essa categoria deram origem a uma jurisprudência complexa que levou o Tribunal a modificar várias sentenças da primeira instância e a reformar muitas das suas próprias. Essas queixas referiam-se, principalmente, a demissões arbitrárias, ao pagamento de impostos, a critérios de contagem do tempo e a cálculos dos vencimentos de aposentadoria. Embora a legislação sobre vitaliciedade e aposentadoria fosse relativamente abundante, não deixava de ser contraditória em vários aspectos, gerando, com freqüência, diversas polêmicas sobre o efeito retroativo das leis.

Ao marcar presença na jurisprudência, o funcionalismo público estadual revelou-se capaz de acionar os mecanismos legais para defesa de seus interesses. A regularidade dos conflitos denota, principalmente, que as relações entre os servidores e o Estado foi permeada de tensões. Todavia, as decisões judiciais, a propósito dos conflitos deflagrados, resultaram na adequação das reformas do Estado às garantias legais da classe que representava sua burocracia. Nesses casos, as posições adotadas pelo Tribunal de Justiça expressam as contradições dos ajustes do Estado moderno republicano em seu funcionamento

As análises Max Weber evidenciam como, no Estado moderno, o domínio efetivo manifesta-se no cotidiano da administração e encontra-se, necessária e inevitavelmente, nas mãos do funcionalismo: “O progresso em direção ao funcionalismo burocrático, baseado em contrato, salário, pensão, carreira, treinamento especializado e divisão do trabalho, competências fixas, documentação e ordem hierárquica, é o critério inequívoco da modernização do Estado, tanto do monárquico quanto do democrático.” (Weber, 1999:529)

Influenciado por essas idéias, Raimundo Faoro (1995) procurou compreender o patronato ou o estamento político brasileiro. Aprofundando as análises sobre o fenômeno coronelista, concluiu que, na República, o coronelismo expressava uma forma peculiar de delegação do Poder Público ao campo privado. Ao atender os interesses eleitorais do governo, o coronel tornava-se parte integrante do Poder estadual, estabelecendo uma relação que corporificava “o domínio não burocrático da sociedade, com larga interpenetração dos dois setores, numa indistinção peculiar ao sistema”. Dessa maneira, a supremacia tuteladora do

Poder Público operava segundo um molde em que “o particular exercia, por investidura ou reconhecimento oficial, funções públicas.” (1995: 631)

As referências aos fenômenos que caracterizam o Estado moderno, particularmente o paulista, republicano e oligárquico, fornecem o contexto institucional, político e social no qual se inscrevem os conflitos judiciais adiante analisados. De certa maneira, as demissões correspondiam à renovação e à modernização da estrutura funcional burocrática, enquanto os impostos sobre os vencimentos atendiam à política de contenção de despesas do Estado. Assim, ao reclamar contra essas medidas, o funcionalismo lutava pelas garantias legais tradicionalmente reservadas a sua categoria social, além de expressar uma forma de resistência ao processo de modernização do Estado. Nesse sentido, a idéia de um estamento autônomo torna compreensível sua capacidade de mobilização pela via judicial.

Conforme dito, a maioria das ações de indenização movidas por funcionários públicos contra a Fazenda do Estado foram julgadas em favor deles, que não abriram mão da defesa de suas garantias e privilégios. A jurisprudência registrou também demandas intentadas por ex-Juizes, e o Tribunal passou a defender prerrogativas exclusivas da Magistratura. Embora os magistrados não se integrassem ao funcionalismo público, as discussões sobre suas garantias eram revestidas do mesmo teor político. Assim, os pedidos de indenização reclamados por Juizes demitidos logo após a queda de Américo Brasiliense²⁰ ensejaram discussões sobre as leis de organização judiciária, dividindo os ministros quanto à legalidade dos atos do chefe do Executivo paulista. Em relação ao imposto sobre vencimentos criado em 1903, os magistrados opuseram ao governo a prerrogativa constitucional que garantia a irredutibilidade de seus ganhos.

Entre os funcionários dos diversos setores do serviço público, destacam-se, pela quantidade de ações propostas, os professores, ou diretores de escolas, e os oficiais da força

Dirimir questões relativas a demissões arbitrárias colocava o Tribunal de Justiça em situação delicada diante do Executivo estadual, pois, conforme depreende-se dos próprios acórdãos, muitos funcionários eram nomeados e demitidos diretamente pelo Presidente do

²⁰ O chefe do governo provisório, Marechal Deodoro da Fonseca, nomeou Américo Brasiliense para o governo do Estado de São Paulo. Depois da tentativa de contragolpe e de Deodoro renunciar à presidência da República, todos os governadores que o tinham apoiado foram destituídos pelo marechal Floriano Peixoto.

Estado. Quando o Tribunal recebeu as primeiras reclamações de indenização, o Poder Judiciário parecia não estar pronto para intervir nos casos. O relator de um acórdão chegou a definir como “invasão de Poderes” a pretendida intervenção da Justiça em um caso de demissão. Na sentença da primeira instância, relata-se que um lente da cadeira de inglês da Escola Normal da Capital, nomeado em fevereiro de 1893, tinha sido “demitido por sentença do presidente do Estado em 13 de abril de 1896”. O professor pedia “a reintegração no seu cargo, o pagamento dos vencimentos desde a data da suspensão ilegal que sofreu, juros, vencimentos que lhe couberem de futuro, perdas, danos e custas”.²¹ Na sentença do Juiz de Direito, confirmada pelo Tribunal, afirma-se:

Do direito de vitaliciedade gozam os lentes da Escola Normal. Essa vitaliciedade porém, é limitada. Os lentes referidos podem perder as cadeiras, si em processo disciplinar forem condenados a essa pena. [...] Nas atribuições do poder judiciário não cabe o ato administrativo de reintegração de funcionários. Os poderes políticos devem guardar entre si harmonia e independência.²²

Todavia, em outra ação, um dos ministros colocou-se contra os processos administrativos para a demissão de professores. Ocupando a cadeira de francês da Escola Normal, desde 1885, um professor foi demitido três anos depois da contratação. Diante da ação contra o Estado para obter indenização, o Juiz de Direito considerou: “o ato da demissão do autor baseou-se num processo administrativo, feito na própria Escola, em que ficou provado que ele havia incorrido na pena de perda do cargo, já por ter sido suspenso e multado, já porque, pelo seu procedimento moral, se havia incompatibilizado com o exercício do

²³ O Juiz de Direito julgou a ação improcedente, e o Tribunal confirmou a decisão. Entrementes, o autor da ação opôs embargos ao acórdão, que foram rejeitados com o voto vencido do Ministro Juvenal Malheiros que argumentava: “Recebi os embargos para reformar o acórdão e a sentença e mandar pagar ao embargante os seus vencimentos, porquanto a vitaliciedade do cargo, que a lei lhe garantia, só podia ser perdida por sentença do poder judiciário que condenasse em pena a que fosse inerente esse efeito.”²⁴

²¹ *São Paulo Judiciário*, op. cit., *São Paulo Judiciário*, São Paulo, apelação nº. 3459, sentença: 23.08.1902, acórdão: 07.03.1903; embargo nº. 3459: 17.10.1903.

²² Idem, *ibidem*, *ibidem*. O Tribunal de Justiça rejeitou os embargos, tendo em vista os fundamentos

²³ Idem, setembro de 1907, vol. XV, apelação nº. 5095, sentença: 15.03.1907; acórdão: 09.11.1907.

²⁴ Idem, *ibidem*, embargos nº. 5095, 22.02.1908.

Além de reclamar judicialmente demissões arbitrárias, os professores contestaram o imposto sobre seus vencimentos, instituído em 1903. Entre as primeiras e as últimas decisões sobre a legalidade do desconto de 15%, a jurisprudência produziu duas interpretações opostas. Inicialmente, a Justiça decidiu que a redução de 15% nos vencimentos “não prejudicava direitos adquiridos.” Assim, modificando os julgamentos da primeira instância, o Tribunal de Justiça deu provimento a apelações interpostas pela Fazenda, julgando improcedentes ações nas quais se reivindicava a restituição da importância do desconto mensal de 15%, determinado pela Lei 896 de 30.11.1903. Nesse caso, de nada valia fundamentar a pretensão de restituição “no fato de ser professor vitalício, sendo tal desconto ofensivo da vitaliciedade”²⁵. Em outra decisão, o Tribunal acrescentou ainda que os “vencimentos podem ser reduzidos”.²⁶

Um ano depois dessas decisões desfavoráveis aos professores, o Tribunal de Justiça julgou recursos interpostos coletivamente. Assumindo posição radicalmente diferente daquela adotada nos julgamentos citados, os Juízes deram provimento a duas apelações. Reconhecendo “o direito dos professores vitalícios à irredutibilidade de seus vencimentos”, deu ganho de causa a quinze funcionários públicos. O relator do acórdão afirmava ainda que a “Lei estadual nº. 896 de 1903 é inconstitucional na parte que reduz os vencimentos dos empregados públicos vitalícios. O funcionário público vitalício tem direito aos vencimentos integrais taxados na

27

Em ação idêntica, treze lentes da Escola Politécnica também obtiveram ganho contra a Fazenda. Desta vez, porém, o Tribunal confirmou a sentença da primeira instância, advertindo, contudo, que teriam direito à restituição os professores nomeados em data anterior à Lei nº. 896, de 30 de novembro de 1903. Explicava o relator do acórdão: “São todos os autores recorrentes vitalícios e por isso não devem os seus ordenados ser diminuídos.”²⁸ Nesse julgamento, o Ministro Clementino de Castro foi voto vencido: “Dei provimento à apelação da Fazenda porque entendo que nada há que ver a vitaliciedade dos funcionários públicos com a

²⁵ Idem, set./dez. de 1909, vol. XXI, apelação nº. 5579, 18.06.1909.

²⁶ Idem, ibidem, ibidem, apelação nº. 5569, 02.10.1909.

²⁷ Idem, agosto de 1910, vol. XXIII, apelação nº. 5899, São Paulo, 20.08.1910.

²⁸ Idem, ibidem, ibidem.

irredutibilidade dos seus vencimentos. As garantias da Magistratura não estendem-se aos

29

É possível que, desde a decretação do imposto, muitos funcionários tivessem contestado sua legalidade na Justiça. É possível também que, não sendo vitoriosos na primeira instância, a maioria deles não recorresse ao Tribunal. Todavia, apenas no ano de 1909, a jurisprudência registrou duas apelações interpostas pela Fazenda, justamente porque o Juiz de Direito tinha dado ganho de causa aos funcionários.

contestou o imposto era grande ou não, o fato é que o Tribunal passou a atender à reivindicação, e, pelo menos em um acórdão, os magistrados concluíram que a referida lei era inconstitucional. Não seria surpreendente se, a partir de então, todo o funcionalismo corresse aos tribunais para solicitar a devolução. Sem dúvida alguma, estava criada uma situação bastante inédita para a Justiça paulista. Não é de se admirar que, diante dela, os ministros tivessem ficado divididos, já que nem o Legislativo nem o Executivo voltaram atrás na tributação dos rendimentos do funcionalismo.

Poucos meses depois de ter decidido que o imposto de 15% era inconstitucional, o Tribunal passou a admitir o contrário. Os acórdãos então publicados apresentavam longas exposições teóricas sobre a questão, expondo, inclusive, doutrinas aplicadas em outros países. Como a *São Paulo Judiciário* não menciona o nome do ministro relator do acórdão, não é possível saber qual deles desenvolveu as argumentações em favor da lei. Todavia, é possível conhecer os que continuaram a se opor a essa opinião.

Recebendo uma apelação da Fazenda, o Tribunal julgou improcedente uma ação:

A lei n.º 896 de 1903 que reduziu de 15% os vencimentos dos professores públicos não é inconstitucional. [...] reduzindo os vencimentos dos apelados o Poder Legislativo não ofendeu os direitos adquiridos nem a vitaliciedade, apenas fez uso da atribuição constitucional. Os elementos econômicos e políticos, isto é, o estado das finanças, o aumento ou diminuição das rendas públicas e as circunstâncias políticas do Estado, não podem deixar de ser atendidos, quando se trata de legislar sobre vencimentos dos empregados públicos. E sendo assim, a consequência necessária é que ao Estado é facultativo reduzir os vencimentos dos seus funcionários e empregados, sempre que necessidades políticas o exigem.³⁰

²⁹ Idem, ibidem, apelação n.º 6077.

³⁰ Idem, set./dez. de 1910, vol. XXIV, apelação n.º 6082, São Paulo, 09.11.1910.

O Estado procurava diminuir seus gastos com o funcionalismo e teve apoio do Tribunal de Justiça. Todavia, o Ministro Firmino Whitaker, mantendo-se irredutível quanto à inconstitucionalidade do imposto, afirma: “eu mandava pagar as importâncias que a Lei 896 deduziu de seus vencimentos. Esta lei ofende o direito que eles [os autores] adquiriram aos vencimentos integrais dos cargos que exercem; é portanto, uma lei inconstitucional.”³¹

Em outro caso idêntico, o Tribunal de Justiça deu provimento à apelação interposta pela Fazenda, julgando improcedente a ação que a condenou a restituir os descontos de 15%, feitos aos autores desde 1904. O relator do acórdão acrescentou ainda: “Somente aos Juízes reservou a Const. dispositivo especial que proíbe a diminuição de seus vencimentos, como

³² Nesse momento, alguns magistrados aposentados também

estavam reclamando na Justiça a cobrança do imposto e as ações impetradas pelas autoridades judiciárias ensejaram outro debate.

Decididos a firmar na jurisprudência a orientação hegemônica sobre o imposto, contra Whitaker, sempre voto vencido nessas decisões, no acórdão seguinte o relator incluiu referências ao pensamento jurídico de outras nações: *Chief Justice*, de Tilgman, *The General Principles of Constitutional Law*, de Cooley, *Principes de Droit Administratif des Etats Unis*, de Frank Grodnow, *Diritto Civile*, de Ricci. Os excertos consubstanciaram a opinião de que o desconto correspondia a uma lei orçamentária válida:

[...] a irredutibilidade dos vencimentos foi uma “original inovação da Const. Norte-Americana”, como se exprimiu o Supremo Tribunal Federal, reproduzida na Const. da Republica Argentina e no Art. 57 da nossa Constituição, que mais frisante tornou a distinção entre vitaliciedade e irredutibilidade de vencimentos. [...] A lei em questão de 1903, no art. 18 modificou os vencimentos dos empregados do Estado, especificando-os, e no Art. 19 dispôs “os vencimentos de diretores, professores e adjuntos das escolas complementares, modelo, jardim da infância, grupos escolares e escolas isoladas ficam reduzidos de 15%” – e esta disposição em lei de orçamento equivale a um imposto, que se reconhece poder ser estabelecido.³³

Conforme se vê, a jurisprudência já admitia a cobrança do imposto. Ao reformar uma sentença da primeira instância para julgar o pedido de restituição improcedente, o Tribunal de Justiça completou a idéia já esboçada no acórdão acima:

³¹ Idem, ibidem, ibidem.

³² Idem, ibidem, ibidem, apelação nº. 6072, São Paulo, 12.11.1910.

³³ Idem, ibidem, embargos nº. 5579, São Paulo, 01.11.1911.

A Constituição deste Estado, garantindo a vitaliciedade e inamovibilidade de certos funcionários e estabelecendo quais vencimentos dos funcionários públicos são sempre alteráveis por lei, mostra que o ato unilateral ou do Poder Público é que rege na legislação estadual a relação entre o funcionário público e o Estado. Em face da relação unilateral, a Lei 896 de 30 de novembro de 1903, que estabeleceu o desconto nos vencimentos dos professores públicos não prejudicou direito adquirido.³⁴

Enquanto a polêmica sobre o imposto era superada, outras questões iam sendo suscitadas. Embora a legislação voltada para regulamentar os vencimentos, as férias e a aposentadoria do funcionário público fosse significativa, havia muitas dúvidas a esse respeito. É provável que reinasse certa confusão no foro paulista e que essa situação levasse alguns Juízes a esclarecer, em suas sentenças, o sentido dos textos legais.

Foi assim que o Juiz de Direito Urbano Marcondes de Moura, percorrendo boa parte da legislação sobre a matéria, redigiu uma sentença muito esclarecedora da legislação específica. Embora seus argumentos coloquem em evidência apenas um problema de interpretação, o caso elucida os reveses que uma ação podia sofrer. Ele é também exemplar da dificuldade que os Juízes encontraram para determinar se um “simples ato do executivo” tinha ou não força de lei.

Explicava o Juiz que a aposentadoria dos empregados públicos do Estado era regida pelas Leis de 1º de março de 1838, de 26 de março de 1866 e de 3 de outubro de 1892. Segundo essas leis, não havia distinção entre vencimentos e ordenado, e nem o vencimento, para fins de aposentadoria, desdobrava-se em ordenado e gratificação. Embora o art. 1º. da Lei nº. 18, de 17 de abril de 1894, tivesse dividido os vencimentos em ordenado e gratificação, tal lei não se estendia, conforme entendia o magistrado, às aposentadorias. Assim, pelo artigo 26 da Lei nº.118, de 3 de outubro de 1892, devia-se tomar como base de cálculo dos vencimentos da aposentadoria o que o funcionário recebia na data em que foi aposentado. Todavia, o empregado não tinha direito de reclamar contra a dedução de 15%, determinada pela Lei nº. 896, de 30 de novembro de 1903, já que essa medida foi interpretada como “de caráter geral.”

O autor da ação tinha sido aposentado em 18 de abril de 1904, e, em virtude da Lei Orçamentária de 30 de novembro de 1903, seus vencimentos sofreram um desconto de 15% . Esse mesmo decreto tinha modificado as leis anteriores, que determinavam a forma de cálculo dos vencimentos dos empregados que se aposentavam, e vinha suscitando dúvidas a respeito

³⁴ Idem, vol. XXVII, apelação nº. 6501, São Paulo, 13.11.1911.

das quais o diretor do Tesouro emitira alguns pareceres. Em um desses documentos, afirmava que a aposentadoria era concedida “ora com os vencimentos proporcionais, ora somente com

Contudo, o Juiz considerou que um “simples regulamento ou ato do Poder Executivo não pode derogar ou revogar a lei ou decreto do Poder Legislativo.” Completava seus argumentos no sentido de julgar procedente a ação para condenar a ré a pagar ao autor, “professor aposentado, os vencimentos (ordenado e gratificação) correspondente ao tempo de

35

A Fazenda apelou, mas o Tribunal negou-lhe provimento. Apesar das considerações expostas pelo Juiz e inicialmente aceitas pelo Tribunal de Justiça, este modificou seu acórdão ao receber os embargos opostos pela Fazenda que, finalmente, obteve vitória. Ao publicar a sentença da primeira instância e a decisão final que a modificou, o Tribunal pretendeu firmar jurisprudência para a questão e, sem mencionar a fundamentação apresentada pela Fazenda, resolveu simplesmente: “Nos vários atos quer do Poder Legislativo quer do Executivo, a palavra ‘vencimentos’ ora é empregada como ‘ordenado e gratificação’, ora apenas como ‘ordenado’ sem se cogitar distinguir – ordenado, gratificação e vencimentos.”³⁶

Em outro caso, colocou-se em discussão se o tempo de serviço prestado por um professor deveria incluir o período durante o qual ele fora corista em uma igreja. Na liquidação do tempo para a aposentadoria do autor, efetivada em 1900, o Estado não computou o período decorrido entre maio de 1864 e agosto de 1868, em que serviu o ofício “de moço de coro da catedral da Diocese.” O Juiz de Direito considerou que tais serviços eram de ordem geral, nomeados pelo Ministério do Império e pagos pelas tesourarias da Fazenda nas Províncias. Considerou especialmente que “a separação da Igreja do Estado contra a qual os serviços de ordem espiritual deixaram de prevalecer para os efeitos de ordem civil, não podia atingir aos serviços já prestados pelo autor, sobre que já tinha direito adquirido, pois, é certo

³⁷ Com esses argumentos, julgou a ação procedente, e o

³⁵ Idem, jan/abr de 1907, vol. XIII, apelação nº. 4624, São Paulo, sentença: 30.11.1905, acórdão: 17.04.1907.

³⁶ Idem, setembro de 1907, vol. XV, embargos nº. 4624, São Paulo, 06.07.1907.

³⁷ Idem, jan/abr de 1908, vol. XVI, apelação nº. 5103, sentença: 22.04.1907, São Paulo, acórdão: 29.01.1908.

Tribunal confirmou o direito do funcionário à aposentadoria por mais de trinta anos de

Depois dos professores, os oficiais da força policial intentaram um expressivo número de ações contra a Fazenda. Todos os processos envolviam a exoneração ilegal, e os autores propugnavam seu direito à vitaliciedade. A primeira sentença publicada, discorrendo sobre um pedido de indenização para um oficial da força pública, revela a disposição pessoal do Juiz Urbano Marcondes de Moura para defender uma garantia que, desde o primeiro julgamento, dividiu o Tribunal. O debate extrapolou o sentido técnico da lei e avançou para considerações

Argumentava o Juiz da primeira instância que, no regime da Lei nº 907, de 21 de setembro de 1892, os oficiais da força pública que contassem mais de cinco anos de serviço efetivo só poderiam perder seus postos “em virtude de sentença criminal passada em julgado ou conselho disciplinar, em que ficasse provado o seu mau comportamento habitual.” Essa lei, que instituiu a vitaliciedade para o oficial, não era inconstitucional, “pois nada obsta que o Estado crie este favor em benefício de uma classe, máxime a do soldado, cuja vida rude e cheia de sacrifícios precisa de estímulos e cuja profissão precisa de amparo”.³⁸ O oficial, autor da ação, ingressou na força pública em 1881, fez carreira e, em 31 de julho de 1901, foi promovido a capitão. Preso em 29 de janeiro de 1904 para responder a conselho criminal, foi absolvido, em 18 de abril do mesmo ano. No entanto, a despeito da absolvição, foi demitido em 16 de maio do mesmo ano. Para rebater a alegação apresentada pela ré, a Fazenda, de que a Lei nº. 907 era inconstitucional, o Juiz considerou que a Lei 491, de 29 de dezembro de 1896, que modificou os critérios da primeira, “não podia atingir os direitos adquiridos pelo autor à vitaliciedade porque isso seria dar-lhe efeito retroativo.” Assim, julgou procedente a ação e condenou a Fazenda a indenizar o oficial na quantia pedida de vencimentos até sua reintegração no posto que ocupava. O Tribunal negou provimento à apelação da Fazenda e confirmou a sentença do Juiz de Direito.

Entretanto, o primeiro indício de que a questão da vitaliciedade dos oficiais suscitava celeuma surgiu com o voto vencido do Ministro Brito Bastos que afirmava estar “de perfeito

³⁸ Idem, vol. XIV, apelação nº. 5022, São Paulo, sentença: 29.01.1907, acórdão 12.06.1907.

acordo com o Procurador da Fazenda em suas razões quanto à inconstitucionalidade em que se funda o autor para considerar-se vitalício”.³⁹

A Fazenda opôs embargos ao acórdão, e os magistrados, que defendiam a competência do Executivo estadual para demitir oficiais, segundo “os interesses da administração pública”, expuseram o viés político da questão. Recebendo os embargos da Fazenda, o Tribunal reformou o acórdão embargado, bem como a sentença, e julgou o autor carecedor da ação intentada, decidindo:

Nos expressos termos da Constituição de 14.07.1891, competia privativamente ao presidente do Estado dissolver a força publica no casos previstos; [...] semelhante atribuição ficou inteiramente mantida nas duas reformas pelas quais passou aquela Constituição em 09 de julho de 1905 e 11 de julho de 1908; atendendo que sem dúvida alguma não terá o legislador constitucional conferido ao Presidente do Estado atribuição tão importante senão no salutar intuito de garantir a ordem publica, de pronto burlando os efeitos de qualquer movimento sedicioso (vide citado art. 68) com a eliminação de todos os elementos perniciosos concentrados nos diversos agentes da força policial do Estado; [...] atendendo que em tais termos a citada lei n°. 907, dando aos oficiais do corpo policial do Estado, com cinco anos de serviço, a regalia de não poderem perder seus postos senão nos casos ali declarados, é incompatível com a atribuição absoluta que compete ao presidente do Estado de dissolver a força publica; atendendo que a aludida vitaliciedade dos oficiais da força policial, longe de se mostrar necessária aos interesses da administração publica, se pode facilmente converter em elemento de perigo para a ordem social em vista da natureza das funções de que estão revestidos, sendo bem de crer que por esse motivo tivesse o Congresso Estadual já revogado o citado art. 24 da lei n°. 907.⁴⁰

O Ministro Juvenal Malheiros foi voto vencido ao entender que o apelante só podia ser demitido do seu posto na força pública da seguinte forma:

[...] em virtude de sentença condenatória proferida por Juiz competente e em processo regular. A demissão pura e simples, que lhe foi dada arbitrariamente, é nula porque ofendeu o seu direito adquirido á vitaliciedade, direito este garantido pela lei de 1892, a qual não tem antinomia com preceito algum constitucional.⁴¹

Assim, enquanto alguns magistrados se posicionavam ao lado do Executivo estadual, considerando legítimo seu temor quanto ao perigo potencial representado pela própria corporação policial, outros não admitiam que tais funcionários fossem alvo fácil de decisões

³⁹Idem, ibidem, ibidem.

⁴⁰ Idem, maio/ago. de 1908, vol. XVII, embargos n°. 5022, 26.08.1908.

O oficial afastado não desistiu do processo e embargou este último acórdão. Mais uma vez, o Tribunal de Justiça modificou sua decisão para, finalmente, condenar “a Fazenda a pagar os vencimentos desde a data da demissão do embargante, capitão da Força Pública, até sua

42

Entre o julgamento dos embargos opostos pela Fazenda e dos que foram finalmente opostos pelo capitão demitido, outro caso foi julgado. No acórdão seguinte, em que o Tribunal de Justiça rejeitou os embargos opostos pelo autor de uma ação de indenização, o Ministro Ignacio Arruda exarou seu voto da seguinte maneira:

Considero exorbitante das atribuições ordinárias do Poder Legislativo, Federal ou Estadual, a concessão de vitaliciedade aos cargos públicos, além de incorrer em vício de inconstitucional qualquer lei com tal medida, eis que importa no cerceamento da atribuição dos Presidentes de nomear e demitir livremente os empregados.⁴³

Apesar da falta de unanimidade entre os ministros, outras sentenças que condenavam a Fazenda foram confirmadas na segunda instância. Uma delas mandava pagar os vencimentos de um funcionário, nomeado em 1893 e exonerado em 1898, porque este já tinha adquirido vitaliciedade.⁴⁴ Em outra, confirmava-se o pagamento dos vencimentos, desde a época da dispensa até a reintegração, a um sargento do corpo policial do Estado, nomeado em 1891 e promovido a major em 1895, mas que não tinha sido aproveitado na reorganização da força

45

Depois do julgamento que colocou em discussão os limites de competência do Executivo para exonerar funcionários, as demais decisões do Tribunal a esse respeito passaram a ser publicadas na forma de pequenas súmulas, como, por exemplo: “É ilegal a demissão do empregado publico vitalício, que só pode ser exonerado mediante processo;”⁴⁶ ou nessa: “Não

⁴¹ Idem, idem, ibidem.

⁴² Idem, set/dez de 1911, vol. XXVII, embargos nº. 5022, 20.09.1911.

⁴³ Idem, set./dez. de 1908, vol. XVIII, embargos nº. 4581, São Paulo, 02.09.1908.

⁴⁴ Idem, maio de 1912, vol. XXIX, apelação nº. 6560, São Paulo, sentença: 22.07.1911, acórdão: 13.04.1912.

⁴⁵ Idem, ibidem, apelação n.6652, São Paulo, sentença: 31.10.1911, acórdão: 15.05.1912.

⁴⁶ Idem, agosto de 1913, vol. XXXII, 17.05.1913.

é inconstitucional a garantia da vitaliciedade concedida aos oficiais da Força Pública do

47

Questões de caráter menos político, mas não menos polêmicas, continuaram a dividir os ministros. A discussão sobre como considerar vencimentos, ordenado e gratificações para efeitos do cálculo de aposentadoria voltaram a ocupar as páginas da jurisprudência. Talvez não seja de todo incerto que, ao tomar conhecimento de ações julgadas em favor do funcionalismo, empregados que já estavam aposentados há vários anos decidissem rever os decretos de suas aposentadorias e pleitear ajustes que os favorecessem.

Assim, um funcionário, “sub-diretor das Rendas Públicas do Tesouro do Estado”, aposentado em janeiro de 1897, acionou a Fazenda para pedir o acréscimo de um terço a seus vencimentos, valor que deveria “corresponder aos meses decorridos de janeiro de 1897 a 30 de abril de 1906 e desta data em diante, enquanto viver, além dos vencimentos que já percebia.”⁴⁸ Novamente, o Juiz Urbano Marcondes Moura desenvolveu extensa argumentação, mostrando em sua sentença mais detalhes sobre a legislação que protegia o funcionalismo.

O magistrado afirmava que, consoante a antiga Lei provincial de 1º. de março de 1838, os empregados públicos que contassem mais de 30 anos de serviço e ficassem impossibilitados de continuar em exercício teriam “direito à aposentadoria com o ordenado por inteiro”. No regime da citada lei, os vencimentos do empregado público não se desdobravam em ordenado e gratificação, de maneira que a expressão da lei “ordenado por inteiro” compreendia os vencimentos integrais, pois foi só posteriormente que estes foram divididos em ordenado e gratificação, para diversos efeitos. Explicava, ainda, que o empregado que tivesse prestado serviços durante 30 anos e continuasse na ativa receberia, a título de gratificação, a terça parte dos vencimentos. O magistrado concluiu seus argumentos ressaltando que, na expressão “ordenado por inteiro”, incluía-se também a gratificação obtida por antigüidade, já que esta representava um aumento de vencimentos “incorporado ao patrimônio do funcionário, para todos os efeitos jurídicos”. Quando foi aposentado, o autor da ação recebia ordenado e gratificação, porque continuara em exercício depois dos 30 anos. Para finalizar suas

⁴⁷ Idem, set./dez. de 1913, vol. XXXIII, embargos nº. 6919, 25.11.1913.

⁴⁸ Idem, set./dez. de 1908, vol. XVIII, apelação nº. 5269, capital, São Paulo: 10.10.1907, acórdão: 19.09.1908.

argumentações, o Juiz demonstrou que dominava a legislação que garantia o pagamento da gratificação aos funcionários aposentados:

Considerando que de acordo com esta interpretação estão os arrestos do Poder Judiciário, os avisos do Poder Executivo, as decisões dos Tribunais Administrativos, a doutrina dos juriconsultos, as discussões parlamentares e as próprias leis reguladoras da espécie – Acc do Supremo Tribunal Federal de 24 de setembro de 1898, decisões do Tribunal de Contas de 13 de janeiro de 1905 e 18 de novembro de 1904, avisos do Ministro do Império de 1854, do Ministério da Justiça de 1873, do Ministério do Interior de 1893, parecer da Comissão de Instrução Pública – Diário do Congresso de 24 de setembro de 1905, leis federais e estaduais, anais da Constituinte e Constituição do Estado de 9 de julho de 1905.⁴⁹

O Juiz Urbano Marcondes Moura condenou a Fazenda do Estado a pagar ao autor, além dos vencimentos anuais, mais um terço desses vencimentos, desde a data de sua aposentadoria e enquanto vivesse, e ainda os juros de mora e as custas. O Tribunal confirmou a sentença com o voto vencido do Ministro Francisco Saldanha que opinou: “Do exercício é que resulta o direito à gratificação de que fala a Lei n.º. 54, de 26 de março de 1866”.⁵⁰

Se havia uma tendência entre os magistrados no sentido de favorecer o funcionalismo, seria temerário acreditar que os empregados se saíam vitoriosos em todas as refregas judiciais. É verdade que a jurisprudência menciona apenas uma derrota, mas é possível que inúmeras ações tenham sido concluídas na primeira instância.

O caso seguinte dividiu o Tribunal de Justiça, pois o funcionário que alegava demissão arbitrária esperou mais dez anos para reclamar seus direitos. Um ajudante da Superintendência de Obras Públicas, nomeado em 1891, tinha sido dispensado em setembro de 1896 e pleiteou indenização. O Juiz Urbano Marcondes de Moura julgou a ação improcedente porque o autor não provou que tivesse sido nomeado por “autoridade competente”. Inconformado, recorreu ao Tribunal que negou provimento à apelação, considerando:

[...] deixando o autor de ser empregado em setembro de 1896, nenhuma reclamação então fez e mostrando com seu prolongado silêncio perfeito acordo com o ato do Governo e não lhe é lícito, portanto, depois de tantos anos, arrepender-se de sua aquiescência que importa em um verdadeiro pedido de demissão, pretender ser pago por serviços que não prestou, colocando se em

⁴⁹ Idem, ibidem, ibidem.

⁵⁰ Idem, ibidem, ibidem.

cômoda e invejável posição muito superior a de todos os verdadeiros empregados⁵¹

Nesse caso, o Ministro Malheiros foi voto vencido, discordando dos argumentos utilizados pela Fazenda: “Não compreendo como o Estado que, quando comparece em juízo chama-se Fazenda Estadual, pode vir alegar a ilegalidade ou ilegitimidade de seu próprio ato, à nomeação do apelante ajudante da Superintendência de Obras Publicas, depois de haver-lhe pago durante mais de cinco anos os vencimentos daquele cargo.”⁵² Depreende-se que não raro a Justiça encontrava dificuldades para decidir sobre a validade das provas apresentadas no autos, particularmente quanto aos documentos que atestavam o vínculo do funcionário com o órgão público. A decisão foi contrária ao autor da ação também por que ele tinha esperado demais para acionar a Fazenda. Entrementes, um dos magistrados que perdeu o cargo na reforma judiciária de 1891 obteve a indenização pleiteada em 1912, depois de cinco anos de batalha jurídica. Consolidado o regime e distantes os anos de violências e perseguições políticas, alguns Juízes entenderam que o quadro político oferecia condições para lutar por seus direitos.

Dez anos depois de reorganizada a Magistratura estadual, a jurisprudência foi consumada pela polêmica demissão de Juízes de Direito, imediatamente após a queda do Brasiliense, em 1891. Apenas dois pedidos de indenização foram julgados na segunda instância, e apenas um deles obteve a indenização pleiteada, conforme publicação dos respectivos acórdãos. Todavia, o debate suscitado revelou posições políticas antagônicas entre os ministros, que deixamos para outra oportunidade de exposição.

Finalizando, as decisões judiciais que envolveram a Fazenda do Estado, no período abordado por este trabalho, colocaram em debate as questões tributárias e, principalmente, os privilégios do funcionalismo. Embora não seja possível, nos limites deste trabalho, estabelecer uma análise quanto ao montante de indenizações que a Fazenda foi condenada a pagar, depreende-se, todavia, que o Tribunal não se intimidou diante do órgão diretamente ligado ao Executivo estadual. Os conflitos que deram origem aos litígios revelam também que a legislação que tratava dessas questões era precária ou complexa demais, situação que impunha contínuos desafios aos ministros.

⁵¹ Idem, jan./abr. de 1909, vol. XIX, apelação nº. 5496, São Paulo, sentença: 08.07.1907, acórdão: 20.02.1909.

⁵² Idem, ibidem, ibidem.

A análise mais abrangente das atividades do Tribunal de Justiça de São Paulo mostra que a Instituição foi submetida ao arbitrário controle político do Poder Executivo estadual e que os impasses políticos do Estado oligárquico reverberaram nas atividades do Judiciário. Assim, se, por um lado, depara-se com um Poder conservador que procurou manter a sua tradição institucional, cioso em preservar práticas jurídicas pouco flexíveis, por outro, o Judiciário não pôde se abster de enfrentar um duplo desafio: defender as prerrogativas inerentes a sua autonomia político-funcional e administrar a Justiça em uma sociedade que crescia e transformava-se rapidamente.

Bibliografia

- ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes de. *Direito judiciário brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Baptista de Souza, 2ª Edição cor. e aum., 1918.
- BELLO, José Maria. *História da República*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.
- BROTERO, Frederico de Barros. *O Tribunal de Relação e Tribunal de Justiça de São Paulo* ponto de vista genealógico. São Paulo: s/e, 1944.
- CARDOSO, Fernando Henrique. “Dos governos militares a Prudente – Campos Salles”, in: *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989, tomo III, vol. 8.
- COELHO, Henrique. *O Direito e o proletariado*, in: *São Paulo Judiciário*, 1906, vol. X, p. 67-96.
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*. São Paulo: Globo, 1995.
- FARIA, Julio Cezar de. *Juizes do meu Tempo*, São Paulo: Distribuidora Livraria Martins, 1942
- FERNANDES, Heloisa Rodrigues. “A força pública do Estado de São Paulo”, in: *O Brasil Republicano*. São Paulo: Ed. Difel, 1985, tomo III.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Rodrigues Alves*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973, vol. 1.
- JANOTTI, Maria de Lourdes. *Sociedade e política na Primeira República*. São Paulo: Atual Editora, 1999.
- LOVE, Joseph L. “A república brasileira: federalismo e regionalismo (1889-1937)”, in: MOTA, Carlos Guilherme (org.) *Viagem incompleta*, São Paulo: Senac/Sesc, 2000.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. “O proletariado industrial na Primeira República”, in: *O Brasil Republicano*. São Paulo: Ed. Difel, 1985, tomo III.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. “Urbanização e modernidade: entre o passado e o futuro (1808-1945)”, in: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta*. São Paulo: Senac/Sesc, 2000.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília: Editora da UNB, 1999, vol. 2.